

TRIBUNAL DO JÚRI. VEREDICTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS

APELAÇÃO CRIMINAL N.º 1.188/86

Apelantes: 1) — Assistente do Ministério Público

2) — Ministério Público

Apelado : Carlos Otávio Pezado Ferreira

Homicídio ardiloso e mentirosamente transformado em suicídio. Júri. Veredicto por 4 a 3, proferido manifestamente contra a prova dos autos e a lógica dos fatos.

PARECER

Egrégia 1.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça,

1. A vítima não se suicidou! Foi assassinada pelo réu, seu amante, que, numa farsa, alegou suicídio. Mas, suicídio como? Tiro em zona do próprio pescoço, onde nem um maluco atiraria? E tiro com a mão direita, quando a vítima era comprovadamente canhota? Mas, a fls. 143, fez-se uma afirmativa simplista e errônea, qual a de que o canhoto também usa a mão direita! Claro: para comer, para levar um objeto de um lado para o outro, etc. Nunca, porém, nos atos decisivos da vida. Isso se vê no comumente acontece, no *id quod plerumque accidit*.

Exemplifiquemos com um jogo que todos conhecem: futebol. Alguém já viu o célebre meia-esquerda *Maradona* bater pênalti com o pé direito? Chutar, chute comum, ele chuta, mas pênalti? É só com o esquerdo... E olhe lá...

2. Disse, todavia, o apelado: a parte acusadora não cumpriu com o ônus probante (fls. 458).

Ora, como não cumpriu? Cumpriu, sim: com a perícia e com a lógica dos fatos, porque a maioria das pessoas sabe raciocinar! É fato passado no interior de um cômodo, a violência é de prova indireta, já que:

"Es, por el contrario, como ya he dicho y admite por todo el mundo, que la dificultad de la prueba no justificará nunca la falsedad de un principio" (Enrique Ferri, in Homicidio y Suicidio, p. 296, Madrid, ed. 1934).

3. A vítima não tinha por que se suicidar. Era bacharel em Direito, tinha filha para criar, e já estava plenamente conformada com a sua situação de mãe solteira. O réu, sim, é que queria matá-la, pois era ela obstáculo na sua vida (dis-soluta, aliás, pois até "chato" — parasita venéreo — ele tinha trazido para casa — veja-se a fls. 92-verso).

E a inábil *mise-en-scène* que ele engendrou, qual *Alfred Hitchcock* suburbano, com tiro no pescoço e com a mão trocada? Só por isso já deveria ter sido condenado, tal como *Cinna*, um dos matadores de *Julio Cesar*, Imperador romano (o

principal, como se sabe foi *Brutus*, filho natural de Julio Cesar, que, surpreendido ao ser apunhalado, exclamou: *Et tu Brute?*). Pois, bem, próximo ao Capitólio, a multidão encontra *Cinna* e o interpela:

— Cinna, o conspirador, gritam várias pessoas munidas de paus —
ele é um dos culpados!

Assassino de Cesar! Mata!

— Esperem, não sou Cinna o conspirador, sou Cinna, o poeta.

— Então morra por seus maus versos... (confira-se *Shakespeare*,
Julio Cesar, Ato III, Cena III).

4. No mais, esta Procuradoria, que opina pelos *provimentos* dos apelos, aos argumentos destes se reporta, sobretudo, aos da Promotora *Telma Musse Diuana* (fls. 451/457), glória do Ministério Público!

O elogio é sincero, pois seguimos o conselho do Embaixador *Gilberto Amado*:

*"Elogio indiscriminado é falta de respeito para quem de fato merece
elogio"* (Depois da Política, pág. 252).

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1987.

JORGE GUEDES
Procurador de Justiça